

## Decisão sobre a definição dos valores de água não faturada

Informação	I-000069/2018
Serviço(s)	Abastecimento de água
Data da decisão	2018-01-17

A taxa de recursos hídricos (TRH) foi criada pela Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na redação em vigor), e posteriormente disciplinada pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho (estabelece o regime económico financeiro dos recursos hídricos), visando compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico do Estado, a descarga, direta ou indireta, de efluentes sobre os recursos hídricos, suscetível de causar impacte significativo, a extração de materiais inertes do domínio público hídrico do Estado, a ocupação de terrenos ou planos de água do domínio público hídrico do Estado, a utilização de águas, qualquer que seja a sua natureza ou regime legal, sujeitas a planeamento e gestão públicos, suscetível de causar impacte significativo.

Posteriormente, através da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental) foi aditada uma disposição que prevê que o valor das componentes A, U e S (esta última aditada pelo Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de maio) repercutido sobre o utilizador final pelo sujeito passivo, deverá ser calculado considerando o volume de água não faturada (ANF), incluindo perdas físicas e comerciais verificadas pelas entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água. Introduziu-se assim, um mecanismo de incentivo à redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento, o qual limita a repercussão da TRH, e cria um incentivo para as entidades gestoras melhorarem as suas redes.

O mencionado artigo 5.º -A da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, prescreveu ainda que cabe à ERSAR estabelecer os valores de água não faturada  $ANF_a$  (percentagem de água não faturada pela 'alta') e  $ANF_b$  (percentagem de água não faturada pela 'baixa'), aplicáveis a cada tipo de entidade gestora para o ano subsequente, considerando os objetivos de eficiência

definidos para a gestão dos serviços de abastecimento de água, não devendo os valores ser superiores a 0,05 no caso da ANF<sub>a</sub> e 0,2 no caso da ANF<sub>b</sub>.

No âmbito da avaliação da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores, a ERSAR avalia o indicador "Água não faturada" com o objetivo de determinar o nível de perdas económicas e físicas correspondentes à água que, apesar de ser captada, tratada, transportada, armazenada e distribuída, não chega a ser faturada aos utilizadores.

A evolução da média do indicador, a nível nacional, tem apresentado uma evolução positiva, com exceção da alta em 2016, conforme as figuras seguintes:

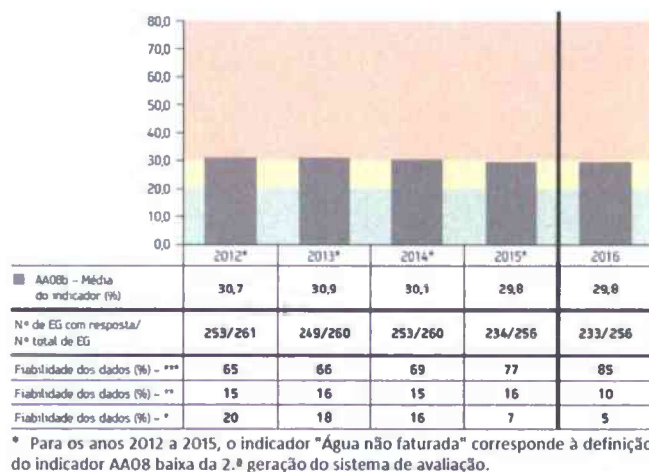


Figura 1- AA08 Baixa – Água não faturada (%) – Evolução da média do indicador

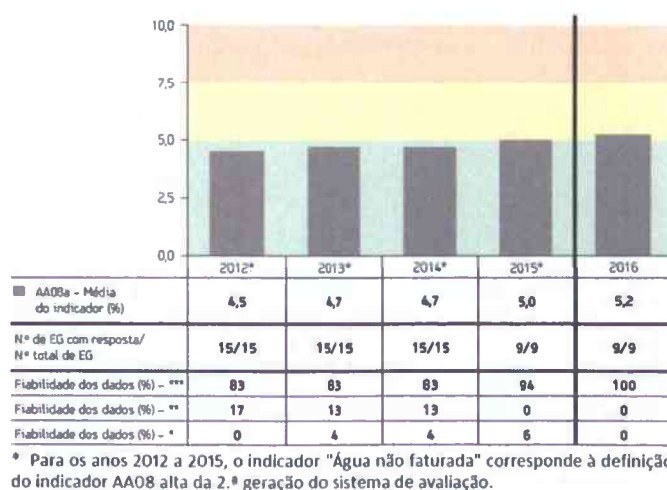


Figura 2- AA08 Alta – Água não faturada (%) – Evolução da média do indicador

No entanto, após análise da informação reportada pelas entidades gestoras, em 2016, verifica-se que cerca de 80% das entidades gestoras em baixa (205) apresentam o indicador "Água não faturada" com valores superiores a 20% enquanto que 56% das entidades gestoras em alta (5) apresentam valores superiores a 5%.

Tendo em consideração o histórico da média nacional do indicador "Água não faturada" e o número de entidades gestoras que se encontram com valores elevados, a ERSAR, no âmbito das atribuições previstas na alínea e) do artigo 24.º dos seus Estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º -A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor, propôs manter os valores  $ANF_a$  de 0,05 e  $ANF_b$  de 0,2 para o ano de 2018, os quais se fundamentam e enquadram nos limites e valores definidos no n.º 2 do artigo 5.º -A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor.

Tratando-se de matéria com eficácia externa e devido ao número elevado de interessados a ouvir, o que torna impraticável a realização de audiência prévia, submeteu-se o projeto de decisão a procedimento geral de consulta pública, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 124.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo), por um prazo de 15 dias úteis, com início a 22 de dezembro de 2017 e término a 15 de janeiro de 2018, no sítio institucional da ERSAR, durante o qual se recebeu a pronuncia da Águas de Portugal com o seguinte comentário: "(...) nada tem a opor quanto à decisão de manutenção para o ano de 2018 dos valores previstos para o ano de 2017, no que diz respeito definição dos valores de água não faturada  $ANF$  (índice a) e  $ANF$  (índice b) para efeitos de repercussão da taxa de recursos hídricos, o que corresponde a 0,05 e 0,2, respetivamente".

Assim, o Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos decide manter os valores  $ANF_a$  de 0,05 e  $ANF_b$  de 0,2 para o ano de 2018, os quais se fundamentam e enquadram nos limites e valores definidos no n.º 2 do artigo 5.º -A do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho, na redação em vigor.

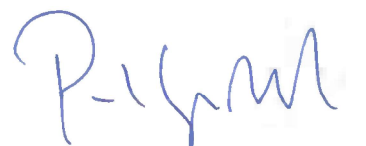


Paulo Lopes Marcelo  
(Vogal)

O Conselho de Administração



Orlando Borges  
(Presidente)



Ana Barreto Albuquerque  
(Vogal)